

**PROCESSO:** 072.000.374/2017

**INTERESSADO:** COPER

**ASSUNTO:** Aquisição de Material de Consumo – produtos químicos

**À COAFI,**

Senhor Coordenador;

Trata o presente processo de aquisição de produtos químicos e outros, conforme Pedido de Compras nº 0010/2017 e 0011/2017, folha 02 a 03 e 23 a 24 dos autos.

Destarte, enumeramos abaixo os procedimentos executados por esta Gerência inerentes a fase de instrução do processo de dispensa:

### **1) Da especificação do Objeto**

No item 3.2 do Projeto básico consta a especificação do objeto.

### **2) Da Justificativa da necessidade da contratação**

Justificativa demonstrada nos Pedido de Compras nºs 010/2017 e 011/2017, folhas 2/3 e 23/24, e ratificada no Projeto básico, item 2.

### **3) Do local da entrega**

Consta no item 4.1 do Projeto básico o local de entrega.

### **4) Da dispensa de licitação**

Sugere-se que a pretensa aquisição seja feita por meio da contratação direta, por dispensa de licitação, por força dos incisos II do art. 24 da Lei 8.666 de 1993.

O inciso II, art. 24 com cópia do parágrafo 1º da Lei 8.666 de 1993, informa que, *in verbis*:

“II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

(.....)

§ 1º Os percentuais referidos nos incisos I e II do caput deste artigo serão 20% (vinte por cento) para compras, obras e serviços contratados por consórcios públicos, sociedade de economia mista, empresa pública e por autarquia ou fundação qualificadas, na forma da lei, como Agências Executivas.”

O objeto a ser contratado pela EMATER-DF atende ao inciso II, acima citado, conforme oferta da empresa vencedora TECA TECNOLOGIA E COMERCIO LTDA, que encaminhou proposta comercial, totalizando um valor de **R\$ 2.887,53 (dois mil oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e três centavos)**, sendo que o limite legal é de até R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) e que este limite para o elemento de despesa 33.90.30.11, restando ainda saldo suficiente para o presente exercício.

Diante do exposto, **declaro que não há fracionamento ou parcelamento de compras para este elemento de despesa e grupo e que não consta Ata de Registro de Preços vigente no âmbito do Distrito Federal em que a EMATER – DF seja participante.**

## 5) Da Cotação Eletrônica

Em pesquisa de preços públicos, elaborou-se a planilha de pesquisa de preço, dando abertura a Cotação Eletrônica nº 021/2017.

No entanto, expirado o prazo estabelecido para lances, constatou-se no relatório de classificação das propostas dos fornecedores que os itens 1, 3, 4, 9, 10, 11 e 12 resultaram fracassados (valores acima do estimado), os itens 5 e 6 resultaram deserto, sendo portanto apenas os itens 2, 7 e 8 com cotações válidas.

Após análise e comprovação dos documentos necessários para a contratação realizou-se a adjudicação da única empresa vencedora da presente cotação, conforme relatório de classificação de fornecedores, folhas 61 a 64.

Cabe ressaltar que o sistema de Cotação Eletrônica encontra amparo na legislação local, pois o decreto distrital nº 36.519, de 28 de maio de 2015, em seu art. 5º, capítulo II, aduz que, *in verbis*:

*“Art. 5º A Subsecretaria de Logística da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização editar a Instrução Normativa para regulamentar a Intenção de Registro de Preços – IRP e a utilização do módulo de cotação eletrônica, em até 30 dias.”*

O mesmo decreto dá a definição de Cotação Eletrônica em seu inciso XII, art. 2º do referido decreto, *in verbis*:

*Cotação Eletrônica: procedimento realizado em sistema eletrônico de licitações do Governo Federal que permite a cotação de item com fornecedores nacionais registrados em cadastro de sistema informatizado, para dispensa de licitação*

Dentre as vantagens do sistema de Cotação Eletrônica é a sua amplitude uma vez que o órgão cadastra os itens que deseja adquirir e o sistema comunica as empresas interessadas em participar da cotação, mantendo o princípio da impessoalidade, pois o órgão não tem informações no momento da cotação de quais são as empresas que estão participando e para quais empresas o sistema distribui a cotação eletrônica.

Destaca-se, também, o princípio da publicidade, tendo em vista que a cotação é divulgada no COMPRASNET e tem amplitude a nível nacional, proporcionando mais competitividade ao atrair mais empresas. Portanto, é da opinião da Gerência de Compras,

Material e Patrimônio (GEMAP) o uso do sistema para a presente contratação, conforme justificativas explanadas acima.

Nos autos consta também a Dotação Orçamentária, conforme LOA 2017, folhas 22 e 43 dos autos, elemento de despesa 33.90.30, fonte de recursos 432, programa de trabalho 20.606.6201.2173.0002 e 20.606.6207.4107.5666, conforme preceitua a lei 8.666/93, art. 14, onde informa que:

*“Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.”*

## 6) Dos documentos de Habilitação

Informamos abaixo as páginas dos documentos exigidos pela lei 8.666 de 1993, art. 27 para habilitação das empresas vencedoras:

*“Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:*

DOCUMENTOS	TECA TECNOLOGIA E COMÉRCIO LTDA
<i>I - habilitação jurídica</i>	67 a 69
<i>II - qualificação técnica (Atestado de Capacidade)</i>	66 verso
<i>III - qualificação econômico-financeira/certidão de falência</i>	66 e 75 (sicaf)
<i>IV – regularidade fiscal e trabalhista</i>	70 e 71 e 75 (sicaf)
<i>V – cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal.” – Declaração não emprega menor</i>	65
<i>VI – proposta de preço</i>	57

## 7) Do Projeto Básico

O presente Projeto Básico, folhas 72 a 74, foi elaborado pela Gerência de Compras, Material e Patrimônio (GEMAP), com revisão do requisitante, com obrigações para a CONTRATADA e para a CONTRATANTE.

## 8) Da autorização e demais procedimentos

Com base nos elementos descritos acima, solicitamos que o processo seja encaminhado ao Ordenador de despesa (PRESI) para aprovação do Projeto Básico e avaliação da oportunidade e conveniência quanto à homologação do objeto as empresas vencedoras, com vistas a Assessoria Jurídica (ASJUR) para emissão de parecer nos termos do art. 38, inciso VI, parágrafo único da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

Posteriormente, caso os procedimentos sejam aprovados no parecer da jurídica e não haja nenhuma pendência, deverá o Ordenador de Despesa (Presidente da EMATER-DF) acessar o sistema de compras do Governo Federal (COMPRASNET) com chave de acesso e senha própria para realizar a devida homologação, tendo em vista que a HOMOLOGAÇÃO é o ato administrativo que ratifica todo o procedimento de compras e confere validade aos atos praticados para que estes produzam efeitos jurídicos necessários, sendo ato intransferível e indelegável, cabendo exclusivamente à autoridade competente para esse fim.

Brasília, 11 de outubro de 2017.

**DANIELLA MOREIRA DE CARVALHO**  
Gerente de Compras Material e Patrimônio

À Presidência,

Para conhecimento e providências que julgar pertinente.

Brasília-DF, de outubro de 2017.

**ADALBERTO TADEU DE ARAÚJO**  
Coordenador de Administração e Finanças